CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 28/09/2024 - 05:56

Contra ‘pandemia’ de apostas, governo vai limitar as bets

APOSTAS ON-LINE

Disparada no volume de gastos com jogos no ambiente virtual preocupa, ainda mais quando o acesso é em plataformas de funcionamento irregular. Uma das ideias é monitorar perdas e ganhos por CPF, sobretudo de beneficiários do Bolsa Família

Governo estuda medidas para impor limite às bets

» FERNANDA STRICKLAND
» EDUARDA ESPOSITO
» VICTOR CORREIA

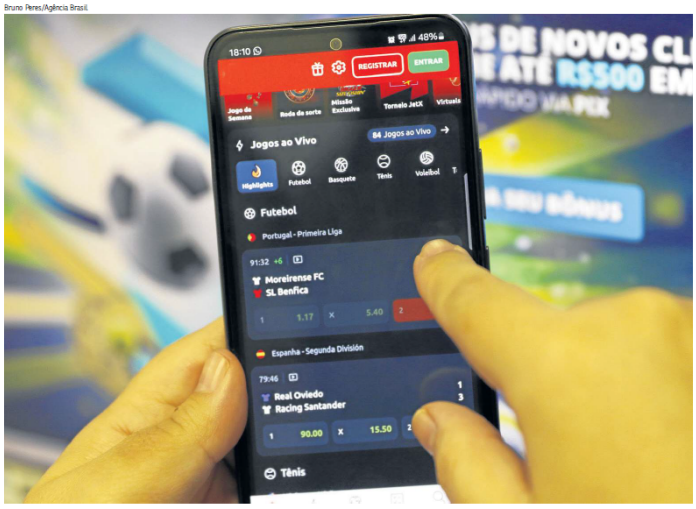
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva planeja anunciar, na próxima semana, um pacote de medidas para tentar conter o endividamento das pessoas causado pelas bets. O aumento vertiginoso das apostas on-line acendeu a luz vermelha no governo federal, uma vez que a Lei 14.790/23 passa a vigorar apenas em janeiro de 2025 — quando começam a valer as regras da chamada Lei das Bets, que permitirá apenas as empresas de apostas autorizadas pelo Ministério da Fazenda a atuar legalmente no país.

As bets têm até a próxima segunda-feira para se regularizarem junto ao governo federal. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, assegurou que o governo tem mecanismos para conter abusos nesse mercado de apostas. Conforme observou, o pacote de medidas em estudo inclui o monitoramento das perdas e ganhos por CPF, restrições no pagamento, na propaganda e atendimento a quem desenvolver dependência dos jogos. Segundo Haddad, a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro “sentou em cima” da regulamentação da lei.

“O governo Bolsonaro simplesmente sentou em cima do problema, como se ele não existisse”, acusou Haddad. As apostas no ambiente virtual foram legalizadas no governo de Michel Temer, no fim de 2018, com dois anos para a regulamentação.

Para o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, “a proposta é não permitir o uso do dinheiro (do Bolsa Família). Nenhum centavo. Quando ele (beneficiário) faz uso de jogos, a gente acompanha pelo CPF. Porque, às vezes, ele tem outras rendas, não é só do Bolsa Família. Quando a pessoa persiste, querendo utilizar o cartão, a proposta é fazer uma alteração de titular”.

Bruno Peres/Agência Brasil



Apostas virtuais foram legalizadas no governo Temer e deveriam ser regulamentadas dois anos depois. Mas, na gestão Bolsonaro, o tema foi esquecido

O presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, disse, após a apresentação do relatório trimestral de inflação, que a autoridade monetária percebeu um crescimento muito grande e rápido no volume de transferências. Daí, estudou para saber se esse fator implicaria em inadimplência.

“Temos uma preocupação e levantei esse ponto em uma reunião, de você ter o canal de crédito muito conectado com o canal de aposta. Achamos que isso pode levar a uma inadimplência um pouco maior”, alerta.

O senador Omar Aziz (PSD-AM), que encomendou ao BC o estudo no qual a autoridade monetária detectou que, em agosto, beneficiários do Bolsa Família gastaram R$ 3 bilhões com bets, solicitou à Procuradoria-Geral da República (PGR) que retire do ar os sites de apostas até a regulamentação da Lei 14.790. “Ou regulamenta esse tipo de jogo pela internet ou as pessoas mais humildes vão perder o dinheiro todo achando que podem ficar ricos. Isso é para tirar dinheiro de pessoas humildes que se iludem, que acham que o jogo vai levar a algum lugar”, acusou.

O economista Otto Nogami, professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), vai além: adverte que as apostas podem impactar a economia. “O dinheiro gasto em apostas pode reduzir o consumo de outros bens e serviços, afetando negativamente setores como alimentação, lazer e cultura. Isso pode ter um efeito cascata na economia”, explica.

Nísia reforça que país vive “pandemia”

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, afirmou, ontem, que o vício em bets é uma “pandemia”. Para ela, o problema deve ser enfrentado com o mesmo rigor com que se encarou o tabagismo.

“É uma pandemia. Isso precisa ser trabalhado na saúde. A consequência é grave do ponto de vista da dependência. É muito importante a regulação. É muito importante olhar para a publicidade. É colocar na mesma gravidade do que o Brasil fez em relação ao tabaco. Vício é facilitado pela velocidade, pela rapidez com que a pessoa entra nesse ciclo”, disse a ministra, no evento de lançamento da Campanha Nacional de Incentivo à Doação de Órgãos.

O Ministério da Saúde, por sinal, foi acionado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, que cobrou estudos e sugestões com vistas a diminuir o impacto das bets. As pastas da Fazenda, do Desenvolvimento Social e do Esporte fazem parte desse esforço conjunto.

Segundo pesquisa da Comscore, que analisa dados da internet, desde 2019 houve um crescimento de 281% no tempo de consumo dos jogos no Brasil. As apostas têm experimentado um crescimento igualmente rápido: em 2022, o país ficou no 10º lugar global, com US$ 1,5 bilhão em receitas brutas de jogos, segundo dados da Entain — uma das maiores empresas de apostas esportivas on-line do Reino Unido.

Segundo o psicoterapeuta e professor de psicologia Alberto Dell’Isola, a frequência nos jogos pode representar um vício. “Existem elementos que podem tornar os cassinos e as apostas on-line mais viciantes que as loterias”, adverte, para acrescentar: “É muito mais fácil a pessoa ficar viciada em um caça-níquel (que a pessoa pode ficar apostando a cada minuto) do que a Mega-Sena, cuja aposta é semanal”.

Dell’Isola chama atenção para um fator facilitador ao vício nas bets: o anonimato. “A pessoa que aposta R$ 1 mil on-line muitas vezes não teria coragem de fazer isso presencialmente”, observa.

Para o presidente do Instituto Brasileiro Jogo Legal (IJL), Magno José, estudos — inclusive o da Organização Mundial de Saúde (OMS) — registram que 97% dos apostadores não têm problemas com jogo. “Os jogadores problemáticos já existem no Brasil, principalmente a partir da operação de sites ilegais sem licença e o uso indiscriminado de mensagens inadequadas de influenciadores, sem nenhuma proteção do Estado”, observa.

Entidades do setor, porém, chamam a atenção para o fato de que o esforço pela regulamentação pode inviabilizar todo um segmento e punir a pessoa que não é viciada em jogo. A Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) defende “um mercado íntegro, regulado e responsável, que estimule os apostadores a encararem as apostas apenas como uma forma de entretenimento, e não como fonte de renda ou opção de investimento”.

Da mesma forma, o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) — entidade que reúne os principais operadores do setor de jogos e apostas no Brasil — chama a atenção de que todos os seus afiliados “submeteram formalmente seus pedidos de licenciamento, demonstrando total alinhamento com as exigências legais e o firme propósito de operar dentro de um ambiente devidamente regulamentado”.

Já a Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) alerta para o risco de proibir a publicidade das casas de apostas. “A experiência internacional mostra que os países que proibiram as propagandas das casas de apostas legalizadas acabaram incentivando o mercado ilegal. Quando se proíbe a divulgação do jogo responsável, íntegro, coloca-se todas as empresas no mesmo grupo, como se legais e ilegais fossem uma coisa só”, ressaltou. **(FS, EE e VC)**

Projetos a toque de caixa

Três projetos de lei (PL) relativos às bets tramitam no Senado. Um deles, de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) pretende limitar — ou mesmo proibir — as apostas feitas por idosos, por pessoas inscritas em dívida ativa ou que tiveram o nome incluído em cadastros de proteção de crédito e, também, por aquele que faça parte do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O PL 3.718/24, protocolado na quinta-feira, inclui essa limitação na Lei 14.790/23 — a Lei das Bets.

Um dia antes, o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) apresentou o PL 3.563/2024. Pelo texto, a ideia é “vedar a publicidade, o patrocínio e a promoção de apostas esportivas e jogos on-line, bem como apostas que envolvam resultados de eleições”.

Se aprovado, nenhum tipo de publicidade poderá ser feita em qualquer meio de comunicação. Além disso, as bets não poderão patrocinar equipes esportivas ou eventos esportivos e culturais. O PL ainda propõe a proibição da pré-instalação — pelos fabricantes, vendedores ou fornecedores — de aplicativos de apostas em dispositivos eletrônicos, como celulares. Alessandro Vieira apresentou o PL 3.719/24 que versa sobre o mesmo assunto.

Na Câmara, o deputado Tião Medeiros (PP-PR) apresentou o PL 3.703/24, que proíbe que os beneficiários de programas sociais utilizem os recursos em bets. O texto prevê que quem descumprir a regra perderá o direito aos benefícios. A restrição valeria também para cônjuges e dependentes. **(FS, EE e VC)**

Três perguntas para — Magno José, presidente do Instituto Brasileiro Jogo Legal

Divulgação/IJL

Como o senhor enxerga o processo de regulamentação de jogos on-line no Brasil?

Não houve (regulamentação) porque dois deputados pastores convenceram o (ex-presidente Jair) Bolsonaro de que seria negativo para o governo federal regular. Então, as empresas estrangeiras perceberam que aqui não era proibido e o mercado explodiu.

Qual a avaliação do senhor sobre o estudo do Banco Central, que diz que beneficiários do Bolsa Família gastaram R$ 3 bilhões com bets, em agosto?

É muito irresponsável, hoje, a divulgação de estudo sem as informações de quanto entrou, quanto foi pago em prêmio e quanto tem na conta do apostador. Em novembro de 2023, foi publicado um relatório que mostrava que o mercado havia movimentado R$ 54 bilhões em apostas. É impossível que, de janeiro para cá, tenha crescido para R$ 240 bilhões.

O que o senhor pensa sobre a possibilidade de proibição de publicidade dos jogos on-line?

É importante que se tenha responsabilidade sobre a publicidade, porque vai ter que calibrar o discurso. A partir do momento em que se proíbe toda e qualquer publicidade, você nivela todo mundo, os legais e ilegais. O legal não vai poder passar uma mensagem com responsabilidade, o que empurra o cidadão para o ilegal.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Pagina:** 2

Copyright © Clipclap 2025.